

ARQUITETURA HOSTIL, ESTUDO DE CASO EM PRINCESA ISABEL-PB

Isac Leandro de Medeiros¹

*(Graduando em Engenharia Civil, Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus-Serra Talhada,
(83) 99617-9643 Fone, isac.leandro@aluno.ifsertao-pe.edu.br)*

Marcelo Daniel Figueiroa Lira²

*(Graduando em Engenharia Civil, Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus-Serra Talhada,
(87)99970-1418, marcelo.daniel@aluno.ifserta-pe.com)*

Gabriela Cavalcanti Concerva³

*(Graduanda em Engenharia Civil, Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus-Serra Talhada,
(87) 98817-6596, gabriela.cavalcanti@aluno.ifsertao-pe.edu.br)*

Júlia Alba Campos Almeida Caminha⁴

*(Graduanda em Engenharia Civil, Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus-Serra Talhada,
(87) 99996-7015, julia.alba@aluno.ifsertao-pe.edu.br)*

Oto Lima de Albuquerque Neto⁵

(Mestre em Engenharia Mecânica, Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus-Serra Talhada, (84) 8807-4357 oto.lima@ifsertao-pe.edu.br)

RESUMO

Consideram-se arquiteturas hostis estratégias de controle social que, através da arquitetura e do design, pretendem excluir grupos considerados indesejados, tais como população em situação de rua e adolescentes, do espaço público. Esta pesquisa busca identificar essa prática no município de Princesa Isabel-PB e demonstrar que essa atitude está longe de ser uma realidade exclusiva dos grandes centros urbanos, investigando as alterações promovidas nos últimos anos e quais foram seus efeitos práticos. Para isso, utilizou-se como principal método de pesquisa a observação direta do ambiente físico, colhendo dados sobre aspectos físicos e funcionais do espaço. A pesquisa de campo percorreu todas as ruas do centro de Princesa Isabel e utilizou a fotografia como principal recurso para coleta e registro de dados. A partir da coleta e análise dos dados foi possível concluir a substituição do público que frequentava os espaços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura hostil, espaço público, grupos sociais

Identificação do GT

GT1: Estudos Urbanos

1 INTRODUÇÃO

O espaço público pode ter diversas definições, sejam aquelas mais objetivas como diz Severini e Nunes (2022), para elas o espaço público é a relação entre cheios e vazios, os cheios são os espaços “maciços”, prédios, casas, galpões, etc, já os vazios são os destinados à circulação e a permanência de pessoas, como ruas, praças, calçadas, áreas verdes, parques, apresentando uma abordagem mais física, no entanto o espaço público também pode apresentar uma abordagem

subjetiva, acerca disso Stephen Carr (In YÁZIGI, 2000, p. 313), “o espaço público é visto como a plataforma comum onde o povo leva a cabo as atividades funcionais e rituais, tanto nas rotinas diárias como nas festividades periódicas”, como afirma o arquiteto Jan Gehl mencionando em seu livro *Cidades para Pessoas* que:

Em uma dimensão muito maior do que a das arenas comerciais particulares, o espaço público da cidade democraticamente gerido garante acesso e oportunidades de expressão de todos os grupos da sociedade e liberdade para atividades alternativas. (...). Com interface aberta e acessível entre as pessoas, o espaço urbano garante uma importante arena para grandes encontros, manifestações e protestos políticos, bem como para atividades mais modestas, por exemplo, coleta de assinaturas, distribuição de folhetos, realização de happenings ou protestos.
(GEHL, 2013, p. 28-29)

já Abrahão (2008) e Grinover (2007) concordam entre si ao citar que os espaços públicos são lugares cujo acesso deve ser garantido, e são imprescindíveis ao livre exercício da cidadania e à expressão da vida pública, tem papel essencial na vida coletiva, na civilidade, sociabilidade e ordem pública, onde se é exercido o direito de ir e vir, a liberdade e hospitalidade, e por fim Ali Madanipour (2010), Doutora em urbanismo, diz:

[...] a dimensão social do espaço público lida com as pessoas e suas atividades em criar, utilizar e administrar a vida pública. É considerada a partir desta perspectiva como a base material para a vida social não familiar. Esta abrange liberdade de acesso do público e fornece o arranjo espacial para atividades sociais, interação social e a produção e reprodução da sociedade nos contextos social e cultural
(Mandanipour, 2010)

Dado a definição de espaço público é interessante se aprofundar nos elementos constituintes desse espaço, visto que são nesses elementos que se desenvolvem as atividades anteriormente citadas, mas também podem ser utilizados para o efeito inverso, o afastamento da vida pública. Os principais espaços públicos e onde que ocorrem a maior parte das interações sociais são as ruas, parques e praças, e a respeito destes tem-se as o entendimento atribuídos por vários autores, segundo Lamas (s/d, p. 98 e 100) a rua, é um espaço claramente identificável, além de ser assentada num suporte geográfico preexistente, é ela que regula a disposição de edifícios e quarteirões, ligando vários espaços entre si, de forma subjetiva o autor ainda cita a rua como um “gesto criador”. Sustentado por Poète, e Tricart, Lamas ainda cita o “caráter de permanência do traçado, não totalmente modificável, que lhe permite resistir às transformações urbanas”, e também “a rua ou o traçado relaciona-se diretamente com a formação e crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância funcional da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e idéias” (LAMAS, s/d, p. 100)., Santos e Vogel (1985) fazem uma interessante observação ao citar que a rua pode ser uma extensão da própria casa, tendo em

vista que esse espaço muitas vezes é utilizado para encontro de vizinhos, brincadeiras infantis e até mesmo festas. Em relação às praças Lamas diz que é um lugar de circulação, de encontro e permanência, de acontecimentos e práticas sociais de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, em relação aos parques o autor não faz tanta distinção quanto às características da praça, porém aponta que um parque possui mais áreas verdes, em detrimento de áreas concretadas, outros autores definem a praça como “um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana”. Macedo e Sakata (2002, p.13), já para .Para Carneiro e Mesquita (2000, p. 28) os parques podem ser definidos como espaços públicos livres cuja função de maior importância é a recreação, em que há edificações que atendam diretamente a essa demanda. Definido os espaços que foram analisados, parte-se para a conceituação da problemática,

O conceito de “arquitetura hostil” ganhou notoriedade a partir de 2014, após a publicação do artigo “Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of 'hostile Architecture'”, do jornalista Ben Quinn, no jornal britânico *The Guardian*. A principal questão levantada no texto está na identificação de uma nova abordagem do design urbano, voltada para moldar o comportamento social por meio da exclusão de determinados grupos da paisagem urbana. Essa exclusão geralmente afeta pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, que não representam interesse comercial para o espaço em questão.

Segundo Severini e Nunes (2022), “a ‘arquitetura hostil’ remete a um método específico de desenho urbano que (de)limita, e afasta pessoas, influenciando os comportamentos sociais numa cidade” (p. 78). Os autores também observam que “mesmo se existirem grupos específicos da sociedade como foco da exclusão, todos que transitam pelos espaços públicos e semipúblicos da cidade podem ser afetados” (p.80).em concordância, Cintra(2019) diz que a arquitetura hostil acontece em ambientes que impedem a permanência das pessoas, sejam por elementos concretos ou pela ausência de infraestrutura que proporcionem condições de convívio e descanso. Ainda segundo a mesma autora, apesar dessas segregações terem um público alvo determinado, as consequências pode ser sentidas por outras parcelas da população que também podem vir a ser afetadas, Para Caldeira (2003) essa prática é incompatível com as ideias democráticas de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade, pois impede o livre exercícios desses mesmos direitos citados

A cidade de Princesa Isabel está localizada no interior do estado da Paraíba, à 420 km da capital do estado, João Pessoa, na bacia hidrográfica do rio São Francisco e da serra de teixeira, com uma população de 21 114 habitantes (IBGE, 2023), com uma área de 368,569 km² (IBGE,2023). O município nos últimos anos vem passando por diversas mudanças em sua infraestrutura, com o loteamento de novos bairros, pavimentação das ruas cidades, novas escolas, reformas de antigas praças e a criação de novas, essas transformações, principalmente nos espaços públicos destinados a permanência das pessoas influenciam diretamente a população que ocupava tais espaços, seja a mudança planejada ou não, o fato é que ocorreu. Apesar de singela, essas mudanças são perceptíveis àqueles com olhar mais sensível e também pelos grupos alvos dessa

segregação. Esse trabalho evidencia que a tendência está longe de ocorrer apenas em grandes centros urbanos e buscar estender a discussão para outros territórios que pouco são explorados na temática, pois ao se pesquisar sobre o tema há uma grande gama de informações, porém todas restritas aos grandes centros urbanos, e se essa realidade está presente também em pequenos municípios, de que forma ocorre? do mesmo modo porém com menor intensidade? menos agressivamente? mais singela? ou teria uma dinâmica diferente? a temática é relevante apenas quando há um maior contingente de afetados? São questões desse tipo que o presente artigo busca abordar, pois de fato é comum a “importação” das características dos grandes núcleos populacionais, sejam boas ou más, quanto mais cedo houver o entendimento, as consequências e o real debate, melhor o problema pode ser enfrentado pela população e seus representantes.

2 OBJETIVOS

Objetivo geral: Observar a incidência de elementos arquitetônicos que podem ser considerados como arquitetura hostil e a sua influência no uso e apropriação dos ambientes urbanos com base em observações e registros fotográficos.

Objetivos específicos

- . Apontar esses elementos por meio de registros fotográficos
- . Contribuir para o debate da arquitetura hostil
- . Ampliar a discussão para outras localidades, tendo em vista a predominância dos grandes centros urbanos como objetos de pesquisa.
- . Apontar quais grupos foram segregados
- . Refletir sobre como a configuração e o desenho do espaço urbano pode tanto acolher quanto discriminar certos grupos

3 METODOLOGIA

O método empregado pode ser dividido em 3 etapas: revisão bibliográfica, exame visual e registro fotográfico e análise dos dados obtidos.

Com uma abordagem qualitativa, com foco na observação direta dos espaços urbanos analisados. A principal ferramenta metodológica utilizada foi o exame visual sistemático, complementado pelo registro fotográfico.

O exame visual consistiu na análise in loco de elementos físicos, arquitetônicos e sociais presentes nos espaços públicos selecionados. Essa observação buscou identificar características relacionadas à apropriação do espaço, mobiliário urbano, presença (ou ausência) de elementos de exclusão (como barreiras físicas ou arquitetura hostil), fluxos de pedestres, entre outros aspectos relevantes ao objeto de estudo.

O registro fotográfico foi utilizado como instrumento de documentação e análise complementar, permitindo capturar evidências visuais que sustentam a interpretação dos dados observados. As fotografias foram feitas em diferentes horários e dias da semana, visando registrar variações no uso do espaço e padrões de comportamento.

A escolha desses métodos se justifica pela natureza exploratória e interpretativa do estudo, que busca compreender como o espaço é produzido, organizado e experienciado pelos indivíduos. As observações e imagens coletadas foram analisadas qualitativamente, com base em categorias previamente definidas de acordo com os objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS

Antes de apresentar propriamente os resultados obtidos é necessário indicar quais os possíveis grupos que foram segregados, em conversar com moradores locais foi constatado que os grupos sociais que majoritariamente frequentavam esses espaços eram jovens que faziam uso de bebidas alcoólicas e em menor quantidade casais e moradores de rua que ali permaneciam temporariamente, alguns poucos relatos indicaram uso de drogas ilícitas e perturbação sonora, tendo em vista esse contexto as análises serão feitas individualmente

4.1 PRAÇA DO CORETO

Reformada recentemente (2022), era um espaço utilizado principalmente por jovens para socialização, com bancos de concreto e baixa iluminação devido às árvores que antes dispostas, relativamente comum o consumo de bebidas alcoólicas no local, atualmente como indica as fotografias abaixo, a praça teve seus bancos de concreto substituídos por bancos de mármore, um material que absorve calor, sendo durante o dia desconfortável a permanência no local, um problema antes inexistente, a vegetação trocada por uma de menor porte e consequentemente traz maior iluminação ao local aliado a isso o aumento no número de postes de iluminação, desde então percebeu-se que o local quase não é frequentado pela população jovem e em situação de rua e agora é mais visitado por famílias e crianças que usam o espaço para brincadeiras e conversas.

Figura 01 – Praça do coreto (noite)



Fonte: autoral

Figura 02 – Praça do coreto (dia)



Fonte: Google maps(2025)

4.2 PRAÇA FREI DAMIÃO

Essa praça está localizada no centro da cidade, na rua Cônego Floro, também reformada recentemente(2021), era frequentada por jovens, vale citar casais e estudantes que esperavam ônibus no local, o espaço contava com bancos de madeira, que foram substituídos por bancos de mármore e sem apoio para as costas o que impede a permanência por períodos de tempos maiores devido à falta de ergonomia e também pelo material, o mármore, que absorve mais calor que a madeira, em uma região de clima semi-árido como Princesa Isabel, esse fator tem muita relevância, a vegetação antes de médio porte, atualmente é de pequeno porte e foram instalados mais postes de iluminação, dessa forma o espaço aos poucos foi sendo menos

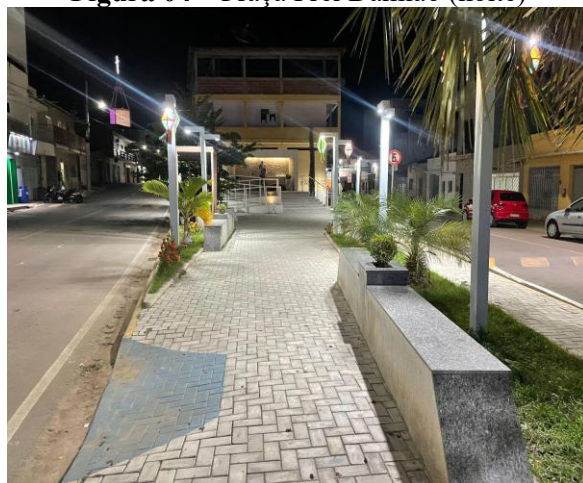
frequentados por esses grupos e é menos utilizada pela população geral, mesmo por aqueles grupos que não seriam o alvo dessas mudanças, sejam intencionais ou não.

Figura 03 – Praça Frei Damião (dia)



Fonte: autoral (2025)

Figura 04 – Praça Frei Damião (noite)



Fonte: autoral (2025)

4.3 PRAÇA DO MAIA

Localizada no bairro Maia, ao lado do centro, também reformada recentemente(2023), de forma semelhante, teve sua área verde modificada com a substituição de árvores de médio porte para plantas de médio porte que não geram sombras, bancos de madeira substituídos por bancos de alvenaria, revestidos de mármore, ao longo do dia a praça pouco é utilizada como espaço de lazer, em que mais uma vez foi possível constatar a diminuição da utilização do espaço pela população em geral. Apesar de historicamente não ser um ponto utilizado para consumo de bebidas alcoólicas.

Figura 05 – Praça do Maia (dia)



Fonte: autoral (2025)

Figura 06– Praça do Maia(dia)

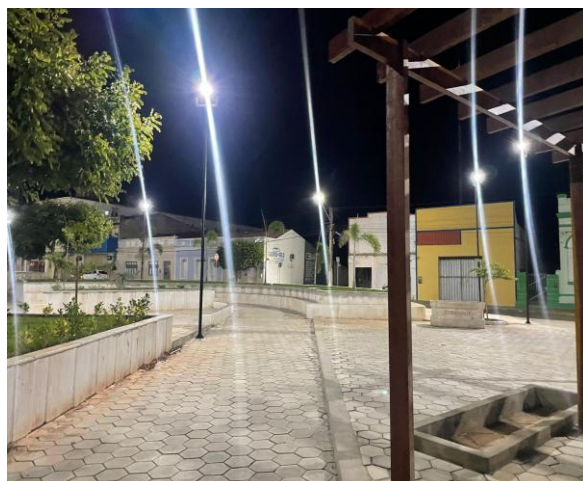


Fonte: autoral (2025)

4.4 PRAÇA EPITÁCIO PESSOA

Ainda em etapa de reforma na data em que esse artigo é escrito, é possível notar a repetição de alguns padrões, entre estes, substituição da vegetação e aumento dos postes de iluminação, um espaço antes também frequentado por jovens, atualmente é mais frequentado para atividades físicas e por famílias

Figura 07– Praça Epitácio Pessoa(noite)



Fonte: autoral (2025)

O aparecimento da arquitetura hostil em pequenas cidades não se dá por forma “agressiva”, explícita, mas por mecanismo mais sutis, que requerem certo senso crítico, reflexão e busca de referências passadas para entender as mudanças atuais e quais os objetivos que essas mudanças buscaram, também tendo em vista que os grupos segregados estão significativamente em menor quantidade nessas regiões.

5. CONCLUSÕES

Este estudo buscou abrir espaço para reflexões sobre a chamada arquitetura hostil — uma forma específica de planejamento urbano que visa exercer controle social por meio do design, com o objetivo claro de desencorajar a permanência de certos grupos no espaço público. Se o ideal é que a cidade seja acolhedora, ela não deve limitar o acesso das pessoas às áreas comuns urbanas. Pelo contrário, é fundamental que o espaço público seja planejado e estruturado de forma a garantir o uso pleno por todos, sem exclusões. Vale destacar, no entanto, que este trabalho não defende a ideia de transformar o espaço público em uma extensão da moradia ou incentivar a permanência de indivíduos em situação de rua nesses locais. O espaço urbano não foi concebido para servir como habitação. Ainda assim, é inaceitável ignorar a frequência desse problema ou naturalizar a presença de mecanismos de exclusão arquitetônica em nossas cidades.

No que tange aos resultados, é notório como as recentes reformas do espaço público seguiram um padrão, aumento na quantidade de postes de iluminação, substituição da vegetação por aquelas que não geram grandes sombras, bancos sem apoio para as costas e de mármore, todas essas ações contribuíram para a exclusão da população em geral, porém vale indicar que o grupo mais atingido foi o dos jovens que utilizavam os espaços principalmente no período noturno e em segundo lugar a população em situação de rua, que não se apresentam em grande escala no município. Vale salientar que essa pesquisa não tem o objetivo de indicar intenções por trás das políticas públicas municipais do local de estudo deste trabalho, também não faz um juízo de valores a respeito se eram éticas ou não as atividades que eram praticadas no local, apenas visa

indicar elementos que se encaixam na categoria de arquitetonicamente hostis com o intuito de promover o debate saudável e pautado em evidências.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. Espaços livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GRINOVER, Lucio. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. Em DIAS, Célio M. de Moraes. Hospitalidade: reflexões e perspectivas. São Paulo: Monole: 2002.
- LAMAS, J. M. R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. [Coleção Quapá].
- MADANIPOUR, Ali. Whose Public Space? International Case Studies in Urban Design and Development. New York: Routledge, 2010.
- POÉTE, Marcel, Introduction à l'Urbanisme. Editions Antropos. Paris, 1967. LAVEDAN, Pierre. Histoire de l'Urbanisme. Editions Henri Laurens. Paris, 1959.
- SANTOS, C. N. F. (coordenador) e VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.
- TRICART. Cours de Géographie Humaine, fascicule II. Paris. 1962 (295pp.)
- SEVERINI, Valéria Ferraz; NUNES, Gabriela Parreira. Arquitetura hostil: cidade para quem? . Cadernos CERU, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 2, p. 76–95, 2022. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v33i2p76-95. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/207099>. Acesso em: 11 jun. 2025.
-



XXVIII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte – EGEORN
Geografia Potiguar: Dinâmicas Territoriais e Desafios Contemporâneos
08 a 11 de outubro de 2025, UFRN – Campus Central, Natal - RN

YAGIZI, Eduardo. O mundo das calçadas. São Paulo: Humanitas; Imprensa oficial do Estado, 2000.